

**ATA DA 313ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 10, 11 E 12 DE AGOSTO DE 2005**

Aos dez, onze e doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se, cidade de Porto Alegre/RS, na sede do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Estiveram presentes o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e os seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Carlos Martins Antico, Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis, Cassio Castellarin, César Oliveira de Barros Leal, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Mario Julio Pereira da Silva, Maurício Kuehne, Pedro Sérgio dos Santos, Ricardo de Oliveira Silva, Rogério Etzel e Vetuval Martins Vasconcelos. Justificou a ausência por motivos de força maior o Conselheiro Laertes de Macedo Torrens. No dia 10/08/05, às 19 horas, todos participaram da abertura do VII Encontro Nacional de Execução Penal e do VIII Encontro Estadual de Magistrados de Execução Penal, que contou com a palestra do Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira sobre a Política Criminal conduzida pelo Conselho. No dia 11/08/05, às 9 horas, no Palácio do Ministério Público, os membros do CNPCP se reuniram para a sua 313ª sessão ordinária. O Presidente declarou aberta a sessão e agradeceu a presença dos membros e das seguintes autoridades: Dr. Roberto Bandeira Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dra. Gathia Feyh Joppun, Promotora da Vara de Execução Criminal do Estado do Rio Grande do Sul; Dra. Ana Lúcia Ciocari Azevedo, Promotora da Vara de Execução Criminal de Penas Alternativas do Estado do Rio Grande do Sul; Dra. Simone Ipadari, Promotora da Vara de Execução PSC's; Dra. Eliane Ribeiro Portela, Promotora da Vara de Execução Criminal do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Lauriano Pretto, Promotor da Vara de Execução Criminal do Estado do Rio Grande do Sul. O Dr. Roberto Bandeira Pereira, Procurador-Geral de Justiça, saudou os integrantes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e as autoridades presentes. Disse que, para o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, era uma grande honra voltar a sediar a reunião do Conselho, por cujo trabalho tem um profundo respeito. Falou que os temas discutidos eram relevantes e que considerava oportuno o debate com os colegas do Ministério Público, pois haveriam de debruçar-se sobre a proposta de anteprojeto do Indulto Natalino de 2005. Falou que o Ministério Público, no Estado do Rio Grande do Sul, fez uma opção radical pela fiscalização da execução da pena com vistas a qualificar o sistema penitenciário. Disse que foi uma questão de política institucional e que os promotores da execução visitam, semanalmente, o sistema penitenciário, fiscalizando as condições de cumprimento das penas, para isso conversando, inclusive, com os presos. Por fim, agradeceu a presença de todos e disse que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul sentiu-se muito honrado em ter o Procurador Ricardo de Oliveira Silva como representante nesse egrégio Conselho. Com a palavra, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira

agradeceu a acolhida e disse que não sem razão foi escolhido o Estado do Rio Grande do Sul, e mais especificamente a sede do Ministério Público do Estado, para realizar mais uma reunião do CNPCP. Registrou os esforços de todos aqueles vinculados ao sistema penitenciário no Estado do Rio Grande do Sul para aprimorá-lo, destacando-se os membros do Ministério Público. Disse também que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul está muito bem representado pelo eminente Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva que tem colocado o Conselho a par dos trabalhos desenvolvidos no Estado em prol das execuções, servindo como exemplo para os Ministérios Públicos das outras unidades federativas. O Dr. Roberto Bandeira agradeceu novamente, lamentando ter que se ausentar em razão de outros compromissos. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia, após cumprimentar a todos, agradeceu a colaboração do Ministério Público para efetuar a reunião do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária no dia em que se comemora o Dia do Advogado, data significativa, e que se sente orgulhoso por pertencer à classe. Parabenizou o Presidente do CNPCP e os colegas presentes. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva, depois de cumprimentar a todos, falou do imenso prazer em receber novamente o Conselho no prédio do Ministério Público, proporcionando a oportunidade aos colegas promotores de justiça de debaterem acerca do Indulto Natalino de 2005. Por fim, congratulou-se com os advogados por seu dia, enfatizando que esses constituem uma classe essencial para a democracia. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira passou a palavra ao Conselheiro Maurício Kuehne que apresentou a proposta do anteprojeto de Indulto Natalino de 2005, apreciada pelo Conselho. Falou das alterações feitas na reunião anterior e comunicou que continua aguardando sugestões dos Conselheiros. Com a palavra, a Promotora Ana Lúcia Cioccarri Azevedo, que trabalha com aproximadamente 14 mil presos, sugeriu algumas alterações, entre as quais a supressão de um artigo do anteprojeto de indulto. Falou do trabalho desenvolvido e da responsabilidade de preservar a segurança pública, ficando de enviar as sugestões por escrito ao Conselho. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu as sugestões e aduziu que as ponderações foram de grande importância. Com a palavra, o Promotor Lauriano Pretto comentou que integra a comissão de execuções criminais incumbida de fiscalizar a aplicação das penas, deixando claro que o Estado não oferece condições para que essas sejam cumpridas como deveriam. Disse que a questão da segurança pública é muito ampla e que é preciso haver um melhor gerenciamento das penitenciárias. O Conselheiro Maurício Kuehne disse que o número de presos beneficiados com o indulto é muito pequeno. No ano passado, foram apenas 1000 beneficiados. Falou, também, da falta de assistência judiciária nos estabelecimentos penitenciários. Relatou que a realidade prisional do Estado do Rio Grande do Sul é diferente das demais localidades, solicitando o encaminhamento ao Conselho de dados do Estado sobre o número de beneficiados pelo indulto, assim como de comutados e presos. O Presidente agradeceu as propostas, anunciando que serão analisadas pelo Colegiado. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis, após

cumprimentar a todos, falou que o indulto, a seu ver, tem um caráter compensatório, posto que as condições carcerárias previstas na legislação não vêm a ser cumpridas. E a pena tem um caráter da soma de um determinado tempo e com determinadas condições carcerárias. O Conselheiro Maurício Kuehne esclareceu alguns dispositivos que foram alterados dos indultos anteriores pelo Gabinete do Ministro da Justiça ou na Presidência da República e disse que as sugestões serão analisadas. A Promotora Ana Lúcia Cioccarri Azevedo agradeceu a oportunidade de participar da reunião. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira informou que as audiências públicas para discussão do anteprojeto do indulto acontecem desde o ano de 2002. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul fez chegar às mãos dos Conselheiros o quadro comparativo dos indultos. O Presidente do CNPCP agradeceu, novamente, a presença dos promotores e das sugestões dadas, muito pertinentes, que serão analisadas pelo colegiado na reunião de setembro. Dando continuidade à reunião, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira submeteu à apreciação dos presentes a ata da 312ª Reunião Ordinária do CNPCP, que foi aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Passando à fase das comunicações, o Presidente comunicou que os Conselheiros Maurício Kuehne e Ana Sofia Schmidt de Oliveira compareceram à posse do Dr. Clayton Alfredo Nunes como Diretor-Adjunto da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Com a palavra, o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos fez ver que representou o CNPCP, junto com outros Conselheiros, na exibição do Filme “O Cárcere e a Rua” no auditório do Ministério da Justiça, o qual aborda as mudanças que o condenado sofre ao ingressar no sistema e o drama vivido quando de sua liberdade. Disse, ainda, que atendendo aos ditames da portaria de visita de inspeção aos estados, esteve, junto com os Conselheiros César Oliveira de Barros Leal e Edison José Biondi, no Estado do Piauí, no período de 27 a 29 de julho, visitando presídios na capital e nos municípios próximos com o apoio do Secretário de Justiça e Defesa Social do Estado. Agentes da Polícia Federal também os acompanharam, razão pela qual solicita o envio de ofício às autoridades, agradecendo o apoio. Falou que, na reunião do mês de setembro, apresentarão o relatório da visita de inspeção. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia lembrou que houve uma recomendação do Conselho, após a reunião na cidade de Recife/PE, para que o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos fizesse uma visita ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, em face das denúncias apresentadas pela Conselheira Eleonora de Souza Luna. Daí porque gostaria de saber se dita visita foi levada a efeito. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira respondeu que não, mas que foi enviado ofício ao Governador do Estado e, caso o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos possa ir, deverá agendar com a Conselheira Eleonora de Souza Luna. O Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos comunicou que foi informado pela Ouvidoria do Estado do Rio Grande do Norte que o detento “Jorge Abafador” foi transferido para o presídio de Alcaçuz. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal assinalou que, no Estado do Piauí, foram visitados seis estabelecimentos

penais e que, realmente, quando houver visita de inspeção, os conselheiros deveriam ser acompanhados por um representante do DEPEN/MJ, a quem caberia averiguar os dados relativos a repasse de recursos, assim como vistoriar as obras em andamento. Com a palavra, a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira informou que esteve na Penitenciária de Presidente Bernardes/SP para conhecer o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), e que requereu ao Diretor do estabelecimento para ficar dentro de uma cela por alguns minutos. Ficou extremamente impressionada, pois é infinitamente pior do que se pode imaginar. Relatou que o RDD foi propagado como solução para presos perigosos, mas que estão lá recolhidos presos com condenações banais. Falou que são vinte e duas horas na cela e duas horas no pátio em uma área restrita, com direito a duas horas de visita por semana sem contato físico. Solicitou que os Conselheiros responsáveis pela vista de inspeção do Estado de São Paulo façam a inspeção nos estabelecimentos do RDD e Centros de Ressocialização (CR). Disse que, pela força e convicção do Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e pelo grande número de presos no Estado, muitas normas locais se incorporam ulteriormente à legislação nacional como o caso do RDD e da videoconferência. Relatou, também, uma outra preocupação debatida em São Roque/SP, que concerne ao debate recorrente sobre a judicialização ou não da execução penal e que envolve, por exemplo, a regressão e a progressão. Disse que se surpreendeu sobremaneira com a leitura das atas da discussão, no âmbito da Câmara dos Deputados, acerca da Lei nº 7.210 que modificou a LEP e o Código de Processo Penal. Acrescentou que consta na mensagem do Ministro da Justiça, encaminhada ao Congresso Nacional, projeto em que o CNPCP sugere que a transferência de presos seja determinada pela autoridade administrativa e não pelo juiz de execução. O Presidente solicitou o resgate do processo para que se tomem as providências cabíveis. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos disse já ter um parecer aprovado pelo Conselho sobre o RDD e que toda essa discussão colacionada pela Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira reconduz à idéia de convidar-se o Presidente da OAB Federal para que ele, afinal, possa talvez tomar alguma providência sobre o assunto. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira informou que o Presidente da OAB foi convidado, mas por uma questão de agenda não pôde comparecer, mas solicitou a secretária do Conselho que o convide novamente. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira propôs a aprovação da idéia do Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva para que se encaminhe um telegrama ao Conselho Federal da OAB, cumprimentando pelo Dia do Advogado. Dando continuidade à pauta da reunião, os conselheiros se dirigiram ao auditório do Ministério Público para assistirem à apresentação do tema “As patologias mentais dos recolhidos nos estabelecimentos penais”, pelo Secretário de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Osmar Gasparini Terra. Compuseram a mesa de honra os Senhores: Dr. Mauro Henrique Renner, Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos institucionais, representando, neste ato, o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Antônio

Cláudio Mariz de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; Dr. Osmar Terra, Secretário de Estado da Justiça do Rio Grande do Sul; Dr. Mário Cavalheiro Lisboa, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. Antônio Carlos de Avelar Bastos, Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos jurídicos; Dr. Cláudio Barros Silva, Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos e Dr. Ricardo de Oliveira Silva, Procurador de Justiça e Presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica. Registrou-se, ainda, a presença dos Senhores: Dr. José Pedro Machado Keunecke, Coordenador da Procuradoria de Justiça Criminal; Dr. Arnaldo Buede Sleimon, Coordenador da Procuradoria de Justiça Cível e Dr. Eduardo de Lima Veiga, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal. Fizeram uso da palavra o Dr. Ricardo de Oliveira Silva, o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e o Dr. Mauro Henrique Renner. Em seguida, o Dr. Osmar Terra proferiu a palestra. Após a apresentação e várias manifestações, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu, dizendo que o Conselho irá convidá-lo novamente, pois a sua palestra representara uma aula para todos. De volta à sala de reuniões, o Presidente saudou o Dr. Eurico Cidade, engenheiro do DEPEN/MJ, que esclareceu as principais alterações da Resolução do CNPCP nº 16/94. O Conselheiro Maurício Kuehne disse que essas alterações foram analisadas pela comissão indicada pelo Presidente do CNPCP, composta por ele e pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, e, também, pelos engenheiros: Willian Blanck, Waldir dos Santos Moreira, Augusto Cesar A. Kruehl, Luiz Carlos Giublin Junior, Nathaniel Peregrino Bloomfield, Clotilde Vicente Nuzzi Barbosa e Adriana Salles Galvão Leite. Após alguns esclarecimentos, o Presidente solicitou que, na próxima reunião do Conselho, seja apreciada toda a nova proposta. No prosseguimento, o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal reportou-se ao livro “Prevenção Criminal, Segurança Pública e Administração da Justiça”. Assinalou que a Comissão de Patrocínio do Banco se pronunciou de modo desfavorável à publicação, propondo que fosse encaminhado um ofício ao Presidente do BN, enfatizando a relevância e o significado da mencionada obra. Proposta aprovada. À tarde, os Conselheiros: Dr. Maurício Kuehne, Dr. Edison José Biondi, Dr. Cassio Castellarin e Dr. Ricardo de Oliveira Silva participaram como debatedores e coordenadores das oficinas do VII Encontro Nacional de Execução Penal e do VIII Encontro Estadual de Magistrados de Execução Penal. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva, além de ser um dos organizadores do evento, coordenou a mesa sobre drogas nas prisões. À noite, os membros do Conselho participaram, na Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul, de mais uma etapa do Circuito Universitário com a palestra de abertura proferida pelo Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira que falou sobre a questão da mídia e a exigência da prisão como única solução para a questão da criminalidade. O Conselheiro Cassio Castellarin falou sobre a questão dos transtornos mentais dos presos. Em seguida o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva falou sobre a Justiça Terapêutica. No dia seguinte, teve continuidade o evento e os Conselheiros Dr. César Oliveira de Barros Leal, Dr. Vetuval Martins Vasconcelos, Dr. Carlos Weis e

Dr. Carlos Lélío Lauria Ferreira participaram como debatedores e coordenadores. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
Presidente

Publicada no DOU, de 20/09/05 – Seção 1, nº 181.